

*Ata da 77ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 04 de dezembro de 2017.*

Presidência do Senhor Deputado Zé Neto, ad hoc. À hora marcada, o Sr. Presidente e proponente do evento, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão com o objetivo de **discutir o Processo Licitatório e implantação do Subsistema Complementar de Transporte no Estado da Bahia**. Compuseram a Mesa dos trabalhos os Srs.: Eduardo Pessoa, Diretor Executivo da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba); David Portinari, Presidente da Comissão de Licitações da Agerba; Dagoberto Muniz, Presidente do Sindicato dos Permissionários e Autorizatórios do Transporte Alternativo e Complementar do Estado da Bahia (Sinpetac); Vereador Josué de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de São Gonçalo dos Campos; Jasson Pinheiro dos Santos, Chefe do Núcleo de Multas, representando o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Virgílio de Paula Tourinho; Vinícius Patrick, Vereador do Município de Casa Nova; Mirian Sanches, Vereadora do Município de Aiquara; William da Lapa Santos, empresário da JL Transportes de Campo Alegre de Lourdes; Edmundo Pereira Gomes, Vereador do Município de Santo Estevão; Deputado Bira Corôa; Deputado Federal Robinson Almeida; e Beto, Vereador do Município de Apuarema. O Sr. Presidente, após a execução do Hino Nacional, solicitou ao Deputado Bira Corôa que assumisse os trabalhos e, da Tribuna, ressaltou que, para as empresas de ônibus, o problema não é o transporte alternativo, mas o transporte sem regulamentação, e disse que os representantes do subsistema complementar de transporte e o Ministério Público elaboraram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) visando a liberação da atividade. Sugeriu que a Agerba visite os municípios e os auxilie na organização do setor. Discorreu sobre o histórico da regulamentação do sistema de transporte alternativo na Bahia, defendendo a regulamentação como o caminho seguro para o exercício da atividade. O Sr. Eduardo Pessoa disse que a Agerba tentará acelerar as concorrências até março de 2018. Sugeriu aos presentes que, através da assessoria dos Deputados Zé Neto e Bira Corôa, designem um ou dois representantes por cidade para reuniões com a Agerba, nas quais deverão ser expostos os dados reais para o exercício das atividades nestes municípios. Ressaltou que a redução dos valores das multas, assim como a isenção de tributos, não é competência da Agerba, mas da Assembleia Legislativa. Por fim, criticou os “ligeirinhos” e defendeu a regulamentação do transporte alternativo. O Deputado Bira Corôa destacou a importância da implementação da lei que regula o sistema suplementar de transporte nos municípios baianos. Criticou os “ligeirinhos” por atuarem no mercado informal e por trazerem prejuízo àqueles que atuam de forma regular. Registrou que na última quarta-feira, no Município de Jitaúna, reivindicou a realização da licitação das linhas suplementares. Defendeu o refinanciamento da dívida dos profissionais do sistema de transporte alternativo. Disse

ter recebido queixas da forma como os condutores têm sido tratados por parte dos agentes da Agerba, Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal. Salientou que a classe tem cumprido o TAC firmado com o Ministério Público e que o Governo do Estado apoia a regulamentação do sistema. O Sr. Jasson Pinheiro afirmou que a PRF apoia as medidas adotadas pelo Governo Estadual por um trânsito mais seguro e segue um plano mundial de redução de acidentes com mortes. Colocou a PRF à disposição para que os condutores do sistema suplementar recebam treinamento de segurança no trânsito e defendeu o combate ao transporte clandestino. O Sr. Robinson Almeida sugeriu a criação de um grupo de trabalho permanente para dar celeridade às demandas apresentadas, envolvendo membros do Legislativo, a Agerba e os usuários. Destacou a importância de um novo debate sobre o funcionamento dos órgãos federativos em relação à política de transportes, tendo em vista os avanços tecnológicos, a exemplo do aplicativo Uber. Defendeu a criação de consórcios de transportes entre municípios vizinhos e discorreu sobre os “ligeirinhos”. O Sr. Josué de Oliveira solicitou a inclusão na pauta da revisão do ano de fabricação dos veículos para participar do sistema suplementar e sugeriu ao Deputado Zé Neto que após a regulamentação seja realizada uma audiência pública para tratar das questões pertinentes à classe com a presença dos prefeitos de Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos. O Sr. Edmundo Pereira Gomes fez referência ao pioneirismo da atuação dele em Santo Estevão, primeira cidade baiana a ter o sistema suplementar de transporte regulamentado. Destacou o fim dos assaltos nas Cidades de Santo Estevão e Feira de Santana após a implantação de cabines com detectores de metal. Criticou o transporte clandestino, solicitando à Agerba a devida fiscalização para proteger os condutores regulamentados. O Sr. Dagoberto Muniz disse que o concorrente direto do sistema suplementar são os motoristas de carros pequenos, que atuam de forma irregular. Solicitou celeridade no processo licitatório para evitar a cobrança de multas. Reivindicou a redução das multas e a discussão do refinanciamento das que já foram aplicadas. Requereu a isenção do IPVA e do ICMS como forma de ajudar o segmento, bem como o resgate do crédito no Desembahia para a compra de veículos. Finalizou solicitando a fiscalização, por parte da Agerba, das linhas licitadas. O Sr. David Portinari discorreu sobre o trâmite das licitações na Agerba e teceu comentários acerca de licitações em algumas cidades, abordando as exigências feitas para o veículo participar das licitações e durante o processo licitatório. Após a execução do Hino da Bahia, o Sr. Presidente, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Sessão às 13 horas.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –